

Proibir ou educar?

À luz de um aparente progresso pintado pelo governo, diante de projetos e acordos entre potências mundiais, o Brasil ainda se vê aquém de uma realidade de fato marcada pela evolução.

Leis de proibição são lançadas na tentativa de se corrigir algo a que se foi aplicada negligência por muitos anos. As mais diversas situações de desrespeito à coletividade, aos interesses do senso comum, estão cristalizadas numa sociedade cada vez mais desigual.

O proibir não seria necessário se uma política mais rígida no que tange à regulamentação de parâmetros de convívio social fossem aplicadas. É aqui, primordialmente, que deveria ser vista a efetiva ação do Governo; a palavra-chave para o sucesso de qualquer lei é a educação. Sim, esta é regida por orientações, regras e é claro, punições. O cidadão para que o seja em plenitude deve ter livre acesso e incentivo a ela.

Os preceitos básicos de ética e civilidade foram quase que totalmente perdidos pois costumam ser camuflados pela possibilidade desonesta de se dar e aplicar o “jeitinho brasileiro”. Haja vista, as artimanhas lançadas para se fugir da punição de algo que contrarie a recém-nascida regra. Se houvesse uma mentalidade de empatia pelo próximo e reciprocidade, não haveria o número alarmante de acidentes causados pelo consumo abusivo do álcool, tão pouco a necessidade de punir. Aqui, campanhas educativas seriam essenciais. Dentro desse âmbito da proibição X educação, convém citar os temas das armas, drogas, fumo etc.

O Brasil ainda nada num mar de excessiva maleabilidade do sistema governamental e numa aparente impossibilidade de reversão à herança cultural. O remédio a esta doença crônica do regime é o incentivo à cultura e o estabelecimento de uma efetiva transformação social a começar pelo agir de cada brasileiro. Afinal, quem educa não teme o erro.

**Autor: Wanderli Coriolano de Risso
(adaptado do original)**